

-----ACTA-----

-----DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2008-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Faltou a Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Sendo nove horas e trinta minutos assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usou da palavra o Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário, nos seguintes termos:---

-----"O Carnaval veio fora de época.-----

-----Caros colegas, sei que corro o risco de poder estar a parecer um "chato", raramente concordo com alguma coisa. Informo-os que me tenho esforçado por colaborar e gostaria que este Executivo funcionasse bem, apesar das nossas divergências conceptuais e estaria disposto a acatar todas as decisões legais, democraticamente tomadas.-----

-----A democracia tem funcionado nas votações, a maioria vota a favor sem se inteirar do que se passa e até faz declarações de concordância em tom subserviente e o assunto fica arrumado.-----

-----A legalidade dos actos e respeito pelos direitos da oposição nunca foram respeitados. O que é que nos resta? Denunciar toda esta pouca-vergonha.-----

-----A vós resta-vos a opção de ser críticos e analisarem e julgarem das nossas razões, ou então nem sequer nos lerem.-----

-----Eis mais umas tropelias graves:-----

-----1 - Aquisição de terrenos para a construção da prisão dos cidadãos José Gomes, Pedro Ribeiro, José Carlos Silva, Joana Vidinha e Bastos Martins.-----

-----A propósito das actividades carnavalescas referidas pelo sr. Presidente, aos órgãos de comunicação social, no seguimento da última reunião do Executivo, onde fez aprovar o "mapa" de localização da sua cadeia, com vista à emissão de pronúncia sobre a pretensão governativa de proceder à suspensão do Plano Director Municipal de Almeirim, de modo a viabilizar a construção do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo, quero referir, aliás como é público que:-----

-----Esse mapa ainda não existe, ninguém sabe onde fica a cadeia, mas já está aprovado. Mal, mas está, até que seja considerado um acto nulo que vou solicitar.-----

-----A localização pretendida inclui terrenos de três particulares e andam em desesperadas negociações para os adquirirem, num afã nunca visto por estas bandas.-----

-----Não sei quem são os proprietários, mas apelo daqui para que não os vendam, é um favor que fazem a si próprios e a todos nós. Sei que estão a ser pressionados e até chantageados para o fazerem, só que ninguém os pode obrigar.-----

-----Não o façam, existe muita gente em Almeirim para os apoiar.-----

-----Será que também vamos subsidiar essa aquisição, com os dinheiros dos nossos impostos, para satisfazer caprichos e interesses pessoais?-----

-----Não seria já suficiente, oferecer o terreno e todas as infra-estruturas que iriam custar uma fortuna ao erário municipal e não receber uma única contrapartida em troca que não seja a delapidação e descaracterização total da nossa terra?----

-----Espero que não e se este negócio for para ser feito pela Junta de Freguesia das Fazendas, alerta, desde já a população

que o dinheiro dos nossos impostos deve ser aplicado para o bem de Almeirim e não para negociatas obscuras como esta da cadeia.-----
-----Era só o que faltava!-----
-----Nunca o Carnaval foi referido tão a propósito.-----
-----2 - Actividades de Enriquecimento Curricular no Primeiro Ciclo.-----
-----Nesta matéria o Carnaval continua e é bem mais grave que a "hipotética" cadeia.-----
-----Vinte e nove de Setembro e ainda não estão a funcionar as Actividades de Complemento Curricular, pese embora o facto de já estarem concursadas desde o ano passado. Se não estão a funcionar a responsabilidade é única e exclusivamente da Câmara e tem graves prejuízos na nossa população escolar.-----
-----Para ser claro, vou precisar que as AEC, na minha opinião, já há muito tempo que deveriam ser obrigatórias. Não tem sido, no entanto, esse o desejo do Governo.-----
-----Enquanto Vice-Presidente da Câmara e porque é matéria que domino, percebi que a autarquia tinha possibilidades, ao organizar estas actividades que chamei à responsabilidade da ALDESC, de criar condições para que, pedagogicamente, a breve trecho, todos as frequentassem, não só pela qualidade que seria garantida pela autarquia, mas induzindo uma organização que rapidamente faria com que todos as frequentassem.-----
-----Este projecto ajudaria também a viabilizar a empresa municipal.-----
-----O sr. Presidente da Câmara, entendeu ceder, por motivos políticos, a um reduzido grupo de professores e toda a excelente organização já montada foi por água abaixo e as AEC nesse ano foram um desastre.-----
-----O ano passado também não foram grande coisa, antes pelo contrário.-----
-----Este ano, só podem ser um desastre, se não vejamos:-----
-----Em contraponto com a lei, (suponho que não existe nenhuma directiva governamental nesse sentido) o que não é muito estranho nesta casa, em Almeirim, criança do 1º Ciclo ou

inscreve-se em todas as actividades ou não as pode frequentar.--
-----Bonito serviço! Não fora estarmos a atravessar a época
carnavalesca e teria que chamar burro a alguém.-----
-----Pode lá V^a Ex^a estar a impor essa condição a alguma das
mais de mil crianças que frequentam o 1º Ciclo do Concelho? Acha
que os pais são parvos?-----
-----Talvez queira salvar a todo o custo as AEC.-----
-----V^a Ex^a é o único responsável por estarem assim e assim não
vai lá.-----
-----Esta situação foi criada por si e é da sua única
responsabilidade. Não é assim que se lida com a educação, tem
que ser com alguma firmeza, nunca agradável é verdade, mas
sabendo o que se está a fazer e ter uma atitude pedagógica com
os pais e não promovendo, ainda mais, as desigualdades sociais
ao obrigá-los a optar.-----
-----Acha que assim está melhor?-----
-----Uma consequência sr. Presidente é que só, os que têm menos
posses ou mais esclarecidos se irão inscrever.-----
-----Não pensou nisso, ou pensou e está-se demitindo das suas
responsabilidades?-----
-----Deve estar, pois até aqui ignora a lei do Governo do PS
sobre a matéria que, até entendendo ser uma das boas leis desta
controversa Ministra.-----
-----Ó sr. Presidente é salutar que haja harmonia no crescimento
dos nossos garotos, que convivam entre si de modo a que lhes não
sejam incutidos valores perversos, depois ficamos admirados com
a xenofobia, a segregação e a exclusão social.-----
-----Quem tem mais posses vai para os ATL's, que não tem vai
frequentar as actividades, V^a Ex^a é Socialista não é?-----
-----Para além de tudo isto e porque nada se faz sem dinheiro,
quero lembrar-lhe que para estes três anos o Governo
disponibilizou para o Concelho cerca de setecentos e cinquenta
mil euros, na minha opinião completamente desbaratados quando,
não fora a sua teimosia, poderiam ter tido um aproveitamento
completo com grandes benefícios para os nosso jovens que, quase

durante um ciclo se viram privados de uma coisa para que havia meios, só não houve competência de quem tem gerido sozinho com a sua Chefe de Gabinete (a ordem pode não ser esta) os destinos da autarquia.-----

-----Isto é muito grave Sr. Presidente da Câmara.-----

-----Deixe lá o Carnaval!-----

-----3 - Assinatura de Protocolo com o Ministério da Educação.--

-----Mais Carnaval!-----

-----Soube pelos jornais que a nossa Autarquia assinou com O Ministério da Educação um Protocolo de alargamento das suas competências na gestão de pessoal nas escolas do segundo e terceiro ciclos.-----

-----Já agora, quando é que assinámos o documento?-----

-----Já tinha lido na Comunicação Social que a Associação de Municípios, pela voz do seu Vice Presidente, também seu Vice Presidente na CULT, mostrava grandes reservas quanto aos meios concedidos pelo Governo para fazer face a essas novas competências e aguardava, serenamente, agendamento do assunto, como me parecia óbvio, até porque se tratava de um Protocolo que deveria ser aprovado pelo Executivo e pela Assembleia Municipal.

-----Recordo-lhe que Câmaras Socialistas, por exemplo Abrantes e Torres Novas não o assinaram, tendo nomeadamente o presidente de Torres Novas agendado o assunto para Reunião do Executivo. Já o Presidente de Abrantes levou o assunto a Reunião de Câmara e à Assembleia Municipal.-----

-----V^a Ex^a, no entanto não tem preocupações com os meios para gerir o pessoal nem tão pouco com as verbas necessárias à manutenção dos edifícios e vai daí assina o Protocolo e mais uma vez se "borrifa" em toda a gente, incluindo os Vereadores deste Executivo, democraticamente eleito.-----

-----Seguramente quanto às questões financeiras, suponho que tenha feito contas e não tenha decidido de ânimo leve uma questão que tem grandemente a ver com o orçamento desta Câmara, mas tem também grandes implicações no funcionamento das escolas e na educação das nossas crianças. Se não sabe, eu digo-lhe que

todas as escolas se debatem com graves problemas de falta de pessoal auxiliar e de manutenção dos edifícios.-----
----- Será que quis poupar ao Governo o odioso desta questão e a chamou a si?-----
-----Será que está interessado em andar em guerra constante com os Agrupamentos, por não poder satisfazer as suas necessidades?-----
-----Será que salvaguardou os meios para fazer face a esse problema?-----
-----Se o fez tão bem como fez com a sua prisão, estamos mal e cada vez a ficar pior.-----
-----Exijo pois que seja este Executivo informado de todos os incidentes que motivaram mais este negócio obscuro e que seja reposta a legalidade do acto.-----
-----4 - Requerimento nº 09/2008-----
----- (Identificação e invocação das competências, a que se segue o teor do requerimento)-----
-----1.De acordo com o previsto no Artigo 113.º/2 do Código de Contratos Públicos, não podem ser convidadas entidades às quais a entidade adjudicante já tenha adjudicado propostas no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, de acordo com os limites previstos no artº 19º e artº 20º do CCP.--
-----2.Obrigatoriedade de publicação no Portal dos Contratos Públicos de uma ficha conforme o modelo constante do anexo III do Código, sendo que esta publicitação é condição de eficácia dos respectivos contratos, não podendo começar a ser executado nem efectuado quaisquer pagamentos. (artº 127º do CCP).-----
-----Assim, solicito que no prazo de 10 dias me sejam fornecidos os dados seguintes:-----
-----a) Relação das entidades com quem foi celebrado ajuste directo e respectivo valor em 2006 e 2007.-----
-----b)Relação das entidades com quem foi celebrado ajuste directo e receptivo valor em 2008 até 30 de Setembro de 2008.--
-----c) Relação dos contratos públicos que firam publicitados ao abrigo do artº 127º do Código de Contratos Públicos.”-----
-----O Sr. Presidente referiu que, dos cinco minutos que cada

Vereador tem direito no PAOD, a intervenção atrás consumiu vinte e cinco minutos.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício salientou que, "Perante uma Ordem de Trabalhos completamente esvaziada de conteúdo, em que o ponto mais importante é a audição da empresa responsável pela elaboração de projectos para a Câmara, não poder referir os pontos que referi, invocando, suponho, uma azáfama muito grande que vai ter lugar nesta reunião, é perfeitamente ridículo."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse:-----

-----"1º - Mais uma vez quero referir o meu requerimento relativo ao movimento de pessoal na ALDESC, apresentado em Novembro de dois mil e sete e para o qual, até ao momento, não obtive resposta.-----

-----2º - O mesmo resultado relativamente ao processo de investigação em curso a uma funcionária da ALDESC, e para cuja intervenção pretende saber uma resposta.-----

-----Lamento, mais uma vez, apesar de viver numa democracia, enquanto representante do PSD, bem como os restantes Vereadores da oposição, que tenhamos conhecimento da assinatura do Protocolo com o Ministério da Educação através do Mirante.-----

-----As medidas contidas nesse Protocolo mexem com os recursos humanos e infraestruturas das escolas e pretende saber qual o impacto no Orçamento Municipal, apesar das transferências a nível de recursos humanos, como é que a Câmara se preparou para fazer o cruzamento de dados, a nível do processo salarial, carreiras, previsão de objectivos no SIADAP, etc. É toda uma cadeia de comando autocrática e lamento que o Sr. Presidente não tenha a hombridade de nos informar sobre a assinatura do Protocolo. A democracia deve ser feita de pluralismo, e, apesar de ter tido a oportunidade de dar essa informação na última sessão da Assembleia Municipal, não o fez.-----

-----Pergunto ainda em que ponto se encontra o caso da suinicultura em Fazendas de Almeirim. Os moradores da zona vieram à última reunião de Câmara pública, há cerca de um mês, manifestaram-se contra a falta de infraestruturas da

suinicultura, que também não está licenciada. Quero saber por que motivo se mantém a exploração a céu aberto, a inquinar os poços e lençóis freáticos, para além da falta de alcatroamento das artérias daquela zona."-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE ALMEIRIM - O executivo recebeu o gerente da empresa Diâmetro - Gabinete de Estudos e Projectos, Lda, Arqº Gil Serras Pereira que comunicou que devido a circunstâncias excepcionais e que assume inteiramente, verifica-se um conjunto de omissões no projecto da obra do Centro Escolar de Almeirim, de que advirão derrapagens financeiras. Há falhas graves, como sejam a Certificação Energética do Edifício, a ausência de levantamento topográfico e outras que aconselhariam como melhor recurso a anular o concurso e mais tarde abrir novo concurso, com base no projecto revisto.-

-----O representante da empresa forneceu explicações a questões postas pelos Srs. Vereadores.-----

-----O Sr. Presidente perguntou como é possível, depois da reunião na DREL em que o projecto foi considerado bom, apresentar neste momento omissões que impedem a sua execução.---

-----O gerente da Diâmetro respondeu que a certificação energética do edifício é baseada em lei recente e poucos são os técnicos habilitados no país para a implementar. Mesmo com todos os elementos previstos em projecto, o edifício ia carecer de ar condicionado. Depois, o projecto foi feito sem levantamento topográfico e a sua correcção de acordo com as características do solo implica com as fundações. É um projecto de execução com conciliação com algumas especialidades. Mais uma vez, apresentou desculpas e assumiu todas as responsabilidades.-----

-----O Sr. Presidente ponderou os inconvenientes para a autarquia, nomeadamente de poder o empreiteiro adjudicatário pedir uma indemnização pela revogação do acto de adjudicação.---

-----O Sr. Vice-Presidente disse que considera inadmissível este tipo de erro e votará a favor que sejam imputados à Diâmetro todos os custos que decorram da anulação do concurso.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos Silva subscreveu esta posição.--

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que não está habituado a tanta franqueza, honestidade e seriedade, não nesta casa, onde nunca há responsáveis pelos erros. Mas concorda que, quando fazemos erros, devemos assumir e rectificar - o que não é hábito nesta autarquia.-----

-----E acrescentou que, desde que o projecto aqui foi presente pela primeira vez, suscitou que o mesmo tinha erros e teria trabalhos a mais. Foi adjudicado a Nogueira & Matias, Lda, depois veio a proposta para anular a adjudicação, mal, quanto a si. O Sr. Presidente insistiu e foi entregue a obra à empresa classificada em segundo lugar, Eco-Edifica e os três Vereadores da oposição reclamaram e comunicaram ao Tribunal de Contas. Sabia que o processo estava errado e só se congratula pela franqueza e honestidade com que o autor do projecto assume a sua quota-parte das responsabilidades.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos agradeceu ao arquitecto a franqueza e honestidade que veio aqui assumir em nome da sua empresa, o que há pouco na nossa sociedade. E acrescentou que gostaria de conhecer o ponto de vista da Diâmetro para resolver os erros, uma vez que a obra já foi adjudicada.-----

-----O gerente respondeu que o projecto não tem erros, tem omissões.-----

-----O mesmo Vereador perguntou se as falhas do projecto se devem a causa própria ou à falta de dados que deviam ser fornecidos.-----

-----O gerente respondeu que as causas cabem unicamente à empresa.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou ao representante da empresa se está disposto a colaborar na operacionalidade do novo concurso, ao que foi respondido

afirmativamente.-----
-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que, nesta matéria tão importante para o Concelho, o Sr. Presidente pode contar com o seu apoio e colaboração, e se previamente quiser dar conhecimento do projecto, os técnicos filiados e simpatizantes do PSD, poderão contribuir com os seus conhecimentos para uma prévia análise.-----
-----O Sr. Presidente respondeu que, dado que se trate de questões técnicas que têm influência determinante na qualidade do equipamento, que se pretende de grande qualidade, e a falta de resolução implicará uma derrapagem no seu custo, também é forçado a aceitar a anulação do concurso.-----
-----Reforça, no entanto, a sua posição de defesa das questões regulamentares no âmbito jurídico do processo.-----
-----Os Srs. Vereadores Pedro Ribeiro, José Carlos da Silva e Joana Baptista subscreveram a afirmação do Sr. Presidente.-----
-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que os argumentos de facto e de direito que confluem para a deliberação final acarretam responsabilidades para a Câmara e, se for resolvido anular o procedimento, acha aconselhável que a Diâmetro ponha a situação por escrito, a fim de deixar justificado o suporte do acto e, de futuro, se poder constatar sustentação documental.-----
-----Após a saída do gerente da Diâmetro o Sr. Presidente propôs a inclusão na Ordem de Trabalhos de um novo ponto identificado como Anulação do Concurso para Construção do Centro Escolar de Almeirim e que o executivo deliberou aprovar, por unanimidade.--
-----Atendendo ao debate exaustivo de tema que atrás se reporta, sem necessidade de outras intervenções, passou o executivo à votação da anulação do concurso referido, de que resultou a sua aprovação por unanimidade.-----
-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos solicitou e a Câmara concordou, que o texto justificativo desta deliberação fosse redigido pelo consultor jurídico, o qual a seguir se transcreve:-----

-----"Considerando que:-----
-----O projecto do edifício do Centro Escolar de Almeirim apresenta um conjunto apreciável de omissões, designadamente as que resultam da falta de um prévio levantamento topográfico e de ausência de certificação energética, que não são imputáveis à Câmara Municipal de Almeirim;-----
-----Essas omissões, pela sua natureza e amplitude, a serem corrigidas, determinarão a realização de trabalhos a mais e a consequente derrapagem financeira da obra, provavelmente para além do limite máximo permitido pelo artigo quarenta e cinco do Decreto Lei cinquenta e nove barra noventa e nove;-----
-----Ocorrendo tal facto, ter-se-ia de lançar um novo procedimento concursal para a parte da obra que ultrapassasse o valor máximo de trabalhos a mais permitido, com todos os inconvenientes que desse facto adviriam;-----
-----Essas omissões são da exclusiva responsabilidade da empresa encarregada da elaboração do projecto;-----
-----Todos estes factos foram reconhecidos pelo legal representante da referida empresa;-----
-----Perante estes factos, o interesse público reclama que seja efectuada uma completa reavaliação/revisão do projecto posto a concurso ou até uma substancial alteração ou total reformulação do mesmo;-----
-----Estes factos constituem inequívoca grave circunstância superveniente que, nos termos da alínea d) do número um do artigo cento e sete do Decreto Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, constituíam fundamento vinculado para a não adjudicação da empreitada;-----
-----Já se encontra adjudicada a realização da empreitada à firma Eco-Edifica SA e que, por esse facto, não tem aplicação a figura da não adjudicação, tal como resulta do citado artigo cento e sete;-----
-----O procedimento do concurso foi lançado e a obra adjudicada no pressuposto de que o projecto não enfermava de quaisquer omissões graves, pelo que a deliberação de adjudicação assentou

em manifesto erro sobre os pressupostos de facto;-----
-----Este erro constitui fundamento de anulação da deliberação de adjudicação, que pode ser deliberada pela Câmara, nos termos das disposições conjugadas dos artigos cento e trinta e cinco e cento e trinta e seis, número um, cento e trinta e oito, cento e quarenta e um, número um, cento e quarenta e dois, número um, e cento e quarenta e três número um do CPA;-----

-----Propõe-se que:-----

-----1 - A Câmara delibere a intenção de revogar a sua deliberação de dezoito de Agosto passado que adjudicou à empresa Eco-Edifica SA a realização da empreitada de construção do edifício do Centro Escolar de Almeirim, com fundamento no facto de supervenientemente se terem detectado graves omissões no projecto que impõem a sua completa revisão e alteração, nos termos das disposições dos cento e trinta e cinco, cento e trinta e seis número um, cento e trinta e oito, cento e quarenta e um, número um, cento e quarenta e dois número um e cento e quarenta e três número um do CPA e tendo em conta o determinado na alínea d) do número um do artigo cento e sete do Decreto Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove;-----

-----2- Seja efectuada a audiência da empresa adjudicatária, no prazo de dez dias;-----

-----3- Seja ordenada a revisão do projecto do edifício do Centro Escolar e supridas as omissões verificadas e posteriormente lançado novo procedimento para a realização da empreitada.”-----

-----5 - **DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----REVISÃO DO PDM - Aproveitando a presença na Câmara do Arqº Gil Serras Pereira, o Sr. Presidente chamou-o a dar esclarecimentos ao executivo sobre o andamento do processo de revisão do PDM.-----

-----O gerente da Diâmetro esclareceu que o processo esteve parado porque estava em elaboração o PROT que conteria as

coordenadas orientadoras daquele instrumento urbanístico e a CCDRLVT não iria aprová-lo sem que o PROT estivesse eficaz.-----
-----Entretanto, houve alterações na legislação que obriga à elaboração do relatório ambiental, bem como na legislação da REN.-----

-----Só na semana passada lhes foram facultados os critérios do sub-sistema sobre o estudo hidrológico do Tejo, de consideração obrigatória, e a CCDR informou que até ao final deste ano dará os outros sub-critérios. As orientações da REN para cada concelho ficarão para mais tarde.-----

-----A empresa tem tudo preparado, com o relatório ambiental com os factores críticos e demais elementos e queria apresentar a Revisão do PDM no princípio do próximo ano, mas não está nas suas mãos cumprir este prazo. Dispôs-se ainda a apresentar um memorando do trabalho feito.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos aludiu ao pedido de suspensão parcial do PDM, relativamente à Herdade dos Gagos, e perguntou ao Arqº se tinha conhecimento.-----

-----Este respondeu negativamente e acrescentou que se é para esse tipo de projecto, o Estado pode fazê-lo sem carecer de outros formalismos.-----

-----Disse ainda o Arqº que o principal atraso na revisão do PDM se deve à lei da REN, que estava para ser revista desde há anos e sustava qualquer modificação em planos concelhios, e a lei acabou por sair há um mês, os critérios ainda não estão definidos e não existe REN regional.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----Secção de Atletismo da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, para inscrição de atletas - setecentos e vinte e quatro euros e cinquenta cêntimos; e Associação Cultural e Recreativa de Marianos e Murta, para inscrição de atletas - mil e trinta e três euros e cinquenta cêntimos.-----

-----Ambas as transferências devem ser pagas contra a apresentação de prova das inscrições.-----

-----SUBSÍDIO EM ESPÉCIE - PATRIMÓNIO - Foi presente a carta do Grupo Desportivo Raposense solicitando a doação da viatura Renault Master propriedade da autarquia, que se encontra parada, com o motor avariado, com destino a ser utilizada como meio de transporte.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva informou que a viatura carece de uma reparação excessivamente cara para o seu valor comercial.-----

-----A Câmara deliberou doar a viatura ao clube.-----

-----DEPUTADA INDEPENDENTE - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do Gabinete da Deputada Luísa Mesquita que acompanha cópia da pergunta formulada ao Governo subordinada ao tema "o Decreto-Lei nº 58/2008 põe em causa o transporta público ferroviário".-----

-----TRANSPORTE ESCOLAR - A Sr^a Vereadora Joana Baptista apresentou duas comunicações do Gabinete de Acção Social, que analisam a situação sócio-económica e propõem a concessão de passes escolares aos alunos Rafael Alexandre Marques dos Santos, entre Foros de Benfica e Salvaterra de Magos e Licínia Margarida Rodrigues Gaudêncio, entre Paço dos Negros e Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou custear o transporte escolar de ambos os alunos.-----

-----RESIURB - O executivo tomou conhecimento da comunicação da Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos, RESIURB, informando que a Assembleia Geral da Ecoléziria deliberou aprovar o aumento de cinco euros por tonelada na tarifa de tratamento de resíduos sólidos urbanos, com efeitos retroactivos a Julho passado.-----

-----TRÂNSITO - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou determinar a proibição de parar e estacionar na Rua Cinco de Outubro, em Almeirim, no lado esquerdo no sentido Rua Dionísio Saraiva - Rua das Faias, e nesse troço, excepto no período entre as vinte e as oito horas.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou se houve alguma instrução da autarquia para a GNR autuar todas as viaturas que façam paragem junto ao Ciclo Preparatório.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu negativamente e acrescentou que a GNR não permite o estacionamento junto ao seu edifício por questões de segurança e as pessoas que transportam crianças para a escola deviam deixá-las junto ao portão do estabelecimento, para evitar o atravessamento duma rua de tanto movimento.-----

-----SERVIÇOS MUNICIPAIS - O Sr. Vereador Francisco Maurício sugeriu a instalação de um dispensador de senhas de ordem de chegada nos serviços da DHU, já que a afluência de público com entrada não documentada é geradora de conflitos.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - A requerimento dos interessados, a Câmara deliberou não usar o direito de preferência na dação em cumprimento que Márcia Isabel Almeida Moreira Côdeas Simão e Pedro Miguel Ribeiro Simão vão fazer da fracção autónoma correspondente ao segundo andar direito do prédio sito na Praceta Pública da Urbanização da Vinha do Santíssimo, bloco vinte e sete, em Almeirim.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----José Moreira Flauzino, onze de dois mil a quatro; Joaquim Ferreira Alfaiate, duzentos e quarenta e cinco de dois mil e cinco; Margarida de Jesus, duzentos e noventa e seis de dois mil e seis; Alexandre Manuel Marques Felício, setenta e três; Emília Guardiano Fernandes Caniço, noventa e um ambos de dois mil e oito.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

----- João Paulo Marques Tomáz, trezentos e onze de dois mil e cinco; José António Bento Tacão Flamino, cento e trinta e seis de dois mil e seis; António Oliveira Fernandes, cento e noventa e seis, Belmira Tomé Lidónio, trezentos e oitenta e quatro, ambos de dois mil e sete; Casa das Queijadas - Actividades Hoteleiras, Limitada, trinta; João Diogo de Oliveira Martins, trinta e cinco; Jesuína Angélica Francisco, quarenta e três; Figueiredo e Flauzino - Construções, Limitada, cinquenta e dois; Tagusgás- Empresa de Gás do Vale do Tejo, Sa, sessenta e quatro; Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, SA, setenta e oito; Guardiano Cardoso Caniço, setenta e nove; António Manuel das Neves Fonseca, setenta e dois; António Manuel Fidalgo Batista Freitas, noventa e cinco, todos de dois mil e oito.-----

-----Às dezasseis horas e vinte e cinco minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição
